

do Sr. Presidente a nomear o candidato Rui Jorge de Almeida Cardoso, no cargo de Director de Departamento Municipal de Património, em regime de comissão de serviço por três anos, e a respectiva nota curricular.

«Considerando que,

Através de aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 22 de Julho, no Jornal O Primeiro de Janeiro e na bolsa de emprego público, com o código de oferta OE201007/0546, em 27 e 29 de Julho de 2010, foi aberto procedimento concursal para provimento de um lugar para o cargo de Director de Departamento Municipal de Património, nos termos previstos na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, alterada pelas Leis 64-A/2008, de 31 de Dezembro e 3-B/2010, de 28 de Abril, aplicáveis à administração local por força do disposto no Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho;

Durante o prazo determinado para o efeito, apresentou-se a concurso Rui Jorge de Almeida Cardoso.

Findo o procedimento concursal o Júri, analisado o curriculum académico e profissional e face ao que ficou evidenciado na entrevista pública realizada, elaborou proposta de nomeação do candidato Rui Jorge de Almeida Cardoso, conforme resulta da acta de vinte e nove de Setembro de 2010 junta ao processo, por considerar que o mesmo reúne os requisitos legais para o exercício de cargo dirigente e detém o perfil e experiência profissionais adequados ao exercício do cargo de Director de Departamento Municipal de Património, competências e aptidão melhor definidas no estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado;

Assim,

Ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, conjugado com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, nomeio em comissão de serviço por três anos, o licenciado, Rui Jorge de Almeida Cardoso, técnico superior, para o cargo de Director de Departamento Municipal de Património.

Nos termos dos citados normativos legais, o provimento é feito por urgente conveniência de serviço, produzindo efeitos a partir da data do presente despacho de nomeação.

Nota curricular

Nome: Rui Jorge de Almeida Cardoso
Data de nascimento: 16 de Março de 1965
Habilitações académicas:

Licenciatura em Engenharia
MBA em gestão autárquica
Curso de formação especializada em administração escolar
Curso de gestão pública na administração local

Competências teórico-práticas adquiridas e conferidas por certificados de formação profissional e de participação em congressos, seminários, conferências e jornadas na área a que se candidatou.

Actividade profissional:

Docente do ensino básico e secundário;
Coordenador do grupo de trabalho da gestão conjunta dos bens imóveis do Município, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, entre Setembro de 2006 e Setembro de 2009;

Director do projecto municipal de Vila d'Este em regime de substituição, entre 6 de Novembro e 31 de Dezembro de 2009;

Director do Departamento Municipal de Património do Município de Vila Nova de Gaia, em regime de substituição, desde Janeiro de 2010.»

06 de Janeiro de 2011. — O Senhor Vice-Presidente, por delegação de competências, *Dr. Marco António Costa*.

304182657

Aviso n.º 2390/2011

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2007 de 27 de Fevereiro, torna-se público que na sequência da homologação da lista de ordenação final referente ao procedimento concursal comum para preenchimento de 3 postos de trabalho de Técnico Superior (Área de Segurança e Saúde no Trabalho), aberto por aviso publicado no *Diário da República* n.º 85, 2.ª série do dia 03 de Maio de 2010, e após negociação da posição re-

muneratória, nos termos do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, foi celebrado contrato de trabalho, em funções públicas, por tempo indeterminado com os candidatos Carla Isabel Rocha da Silva, Domingos Ribeiro Pereira Couto, Joaquim Domingos da Silva Alves e Maria Fernanda de Sousa Curado Guedes, para a carreira e categoria acima referida.

O vencimento é de 1.407,45 € correspondente à 3.ª posição remuneratória e ao nível remuneratório 19.

Os referidos contratos produzem efeitos a partir do dia 02 de Dezembro de 2010, 06 de Dezembro de 2010, 02 de Dezembro de 2010 e 13 de Dezembro de 2010, respectivamente.

10 de Janeiro de 2011. — O Vice-Presidente da Câmara, por delegação de competências, *Dr. Marco António Costa*.

304201456

Aviso n.º 2391/2011

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2007 de 27 de Fevereiro, torna-se público que na sequência da homologação da lista de ordenação final referente ao procedimento concursal comum para preenchimento de 1 posto de trabalho de Técnico Superior (Direcção Municipal de Administração e Finanças), aberto por aviso publicado no *Diário da República* n.º 252, 2.ª série do dia 30 de Dezembro de 2010, e após negociação da posição remuneratória, nos termos do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, foi celebrado contrato de trabalho, em funções públicas, por tempo indeterminado com a candidata Maria Helena Teixeira Pereira, para a carreira e categoria acima referida.

O vencimento é de 1.201,48 € correspondente à 2.ª posição remuneratória e ao nível remuneratório 15.

O referido contrato produz efeitos a partir do dia 03 de Janeiro de 2011.

10 de Janeiro de 2011. — O Vice-Presidente da Câmara, por delegação de competências, *Dr. Marco António Costa*.

304200881

Aviso n.º 2392/2011

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2007 de 27 de Fevereiro, torna-se público que na sequência da homologação da lista de ordenação final referente ao procedimento concursal comum para preenchimento de 1 posto de trabalho de Técnico Superior (Área de Coordenação de Segurança), aberto por aviso publicado no *Diário da República* n.º 85, 2.ª série do dia 03 de Maio de 2010, e após negociação da posição remuneratória, nos termos do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, foi celebrado contrato de trabalho, em funções públicas, por tempo indeterminado com a candidata Sónia Maria de Paiva Gonçalves, para a carreira e categoria acima referida.

O vencimento é de 1407,45€ correspondente à 3.ª posição remuneratória e ao nível remuneratório 19.

O referido contrato produz efeitos a partir do dia 06 de Dezembro de 2010.

10 de Janeiro de 2011. — O Vice-Presidente da Câmara, por delegação de competências, *Dr. Marco António Costa*.

304201586

Aviso n.º 2393/2011

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2007 de 27 de Fevereiro, torna-se público que na sequência da homologação da lista de ordenação final referente ao procedimento concursal comum para preenchimento de 2 postos de trabalho de Assistente Técnico (Departamento Municipal Financeiro), aberto por aviso publicado no *Diário da República* n.º 85, 2.ª série do dia 03 de Maio de 2010, e após negociação da posição remuneratória, nos termos do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, foram celebrados contratos de trabalho, em funções públicas, por tempo indeterminado com os candidatos Alexandra Maria Lopes Ribeiro Ferraz, Luciano Arantes Pinheiro, Marina Capelas Montes e Maria da Conceição Gomes da Silva, para a carreira e categoria acima referida.

O vencimento é de 789,54€ correspondente à 2.ª posição remuneratória e ao nível remuneratório 7.

Os referidos contratos produzem efeitos a partir do dia 03 de Janeiro de 2011 e 05 de Janeiro de 2011, respectivamente.

11 de Janeiro de 2011. — O Vice-Presidente da Câmara, por delegação de competências, *Dr. Marco António Costa*.

304203505

Aviso n.º 2394/2011

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2007 de 27 de Fevereiro, torna-se